-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**ANÁLISE DE INFORMAÇÃO****Questão 41**

Para efeito do disposto na Lei n.º 12.527/2011, a autenticidade é a qualidade da informação

- A não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- B utilizada para a produção e a transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- C produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- D coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- E conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

Questão 42

Em decorrência do princípio de primariedade dos dados abertos governamentais, tais dados devem ser

- A publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.
- B razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.
- C disponibilizados em um formato cujo controle não seja exclusivo de nenhum ente.
- D disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.
- E disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.

Questão 43

O modelo entidade-relacionamento não permite estabelecer relacionamentos entre relacionamentos, apenas entre entidades. Para atender a situações em que seja necessário associar uma entidade com a ocorrência de um relacionamento, utiliza-se

- A atributo multivalorado.
- B dado temporal.
- C tabela especializada.
- D cardinalidade 1:N.
- E entidade associativa.

Questão 44

A metodologia de modelagem dimensional em que uma tabela fato está a pelo menos duas tabelas de dimensão é denominada

- A *smallgrain*.
- B *snowflake*.
- C *star schema*.
- D *metric scale*.
- E *surrogate key*.

Questão 45

Em um projeto de *data mining*, a coleta do dado que será garimpado ocorre no processo de

- A mineração.
- B preparação.
- C aplicação.
- D associação.
- E classificação.

Questão 46

De acordo com o modelo CRSP-DM, a seleção das técnicas que serão aplicadas nos dados selecionados ocorre na fase de

- A modelagem.
- B entendimento dos dados.
- C entendimento do negócio.
- D avaliação.
- E preparação dos dados.

Questão 47

O enriquecimento de dados da etapa de pré-processamento e preparação do *data mining* tem como objetivo

- A a deduplicidade de registros.
- B a seleção de amostras.
- C a integração de bases diferentes.
- D o tratamento de valores nulos.
- E o acréscimo de dados à base já existente.

Questão 48

Big data ajudou a sedimentar o cargo de cientista de dados.

Entre as funções desse cargo inclui-se

- A a modelagem estruturada.
- B a análise retrospectiva.
- C a modelagem não estruturada.
- D a modelagem relacional.
- E o processamento comparativo.

FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO DE TI**Questão 49**

Conforme o disposto na Lei n.º 8.666/1993, nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para a aquisição de

- A** imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, desde que comprovadas a necessidade de instalação e a compatibilidade do preço com o valor de mercado.
- B** produtos manufaturados e para serviços nacionais durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original dos equipamentos, desde que comprovada a condição indispensável para a vigência da garantia.
- C** serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para reabilitado da Previdência Social, desde que comprovado o atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- D** bens produzidos por órgão que integre a administração pública e que não tenha sido criado para esse fim específico, desde que comprovado preço não superior ao praticado no mercado.
- E** bens para as forças militares, desde que comprovada a possibilidade de comprometimento da segurança nacional e estabelecidos em decreto do presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa.

Questão 50

Segundo a Lei n.º 10.520/2002, uma regra da fase externa do pregão estabelece que

- A** o autor da oferta de valor mais baixo e os três com ofertas até 20% superiores àquela poderão fazer, ao final da sessão, antes do encerramento pelo pregoeiro, um novo lance, vencendo o que tiver o menor preço.
- B** o pregoeiro, encerrada a sessão, caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, deverá cancelar a licitação e marcar nova data, sendo adotado como regra que a proposta de preço iniciará com oferta igual ou inferior à ofertada na licitação cancelada.
- C** o pregoeiro, no curso da sessão, decide motivadamente sobre as propostas; a proposta classificada em primeiro lugar quanto a valor e aceitabilidade tem caráter impositivo, não cabendo ações por parte do pregoeiro.
- D** o pregoeiro, antes de encerrada a etapa competitiva, deve verificar os documentos de habilitação do licitante para ratificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- E** os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Questão 51

De acordo com a Instrução Normativa n.º 1/2019 do MPOG/SLTI, é vedado

- A** fazer referências em edital a regras externas de fabricantes que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada, salvo se o objeto contratado for destinado à contratação de garantia.
- B** estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada, salvo quando a remuneração desses funcionários for prevista em edital.
- C** prever em edital exigência de que os fornecedores apresentem em seu quadro funcionários certificados para o fornecimento da solução, salvo quando tal comprovação ocorrer antes da contratação dos funcionários.
- D** adotar a métrica homem — hora para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.
- E** contratar por postos de trabalho alocados, salvo se houver anuência do preposto.

Questão 52

No que se refere à gestão e à fiscalização do contrato de fornecimento da solução de TIC, é correto

- A** fixar critérios de aceitação dos serviços prestados, com a abrangência de indicadores e níveis mínimos de serviços para os principais elementos que compõem a solução de TIC.
- B** adotar procedimentos de testes para recebimento definitivo do objeto, sendo vedados, para soluções de TIC, termos de recebimento provisório do objeto.
- C** vedar a fixação dos valores e procedimentos para retenção do pagamento, especificando-se tão somente as sanções cabíveis ou glosa para contratada por eventual descumprimento de cláusula contratual.
- D** avaliar a qualidade da solução de TIC às especificações por meio da definição de mecanismos de inspeção, vedada a inspeção por amostragem.
- E** estabelecer metodologia necessariamente por meio da adoção de ferramentas computacionais para implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos.

Questão 53

A responsabilidade de acompanhar a execução do contrato, diligenciar as principais questões administrativas referentes ao andamento contratual e atuar como interlocutor principal junto a contratante é do

- A** preposto.
- B** gestor do contrato.
- C** fiscal técnico do contrato.
- D** integrante administrativo.
- E** fiscal administrativo do contrato.

Questão 54

No modelo de execução do contrato, devem ser contempladas as condições necessárias ao fornecimento da solução de TIC, observando-se a

- A quantidade de bens a serem fornecidos, excetuando-se a quantificação de serviços demandados, que deve ser aferida por meio de unidade de serviço técnico.
- B vedação de mecanismos formais de comunicação entre a contratada e a administração que não ocorram por meio de ordens de serviço.
- C definição de procedimentos, incluindo-se a documentação mínima exigida e modelos de desenvolvimento de *software* adotados pela contratante.
- D forma de pagamento, que deverá ser efetuado independentemente dos resultados obtidos.
- E exigência de assinatura do termo de compromisso para bens de TI que contenham declaração de sigilo a ser assinada pelos empregados da contratada envolvidos na contratação.

GESTÃO E GOVERNANÇA DE TI**Questão 55**

Segundo a ITIL 4, um meio de permitir a cocriação de valor, de modo a facilitar os resultados que os clientes desejam alcançar, sem que o próprio cliente tenha que gerenciar custos e riscos específicos, corresponde ao conceito-chave de

- A gerenciamento de serviço.
- B serviço.
- C gerenciamento de relacionamento de serviço.
- D utilidade de serviço.
- E oferta de serviço.

Questão 56

De acordo com a ITIL 4, garantir que os serviços satisfaçam a demanda atual e futura de maneira econômica, alcançando-se o desempenho acordado e esperado, é propósito do gerenciamento de

- A disponibilidade.
- B níveis de serviço.
- C melhoria contínua.
- D continuidade de serviço.
- E capacidade e desempenho.

Questão 57

De acordo com o PMBOK 6.^a edição, no gerenciamento de riscos do projeto, o processo que utiliza informações de desempenho geradas durante a execução do projeto para determinar se houve mudança no nível de risco geral do projeto e nos níveis de risco específicos identificados no projeto é denominado

- A monitorar riscos.
- B implementar respostas a riscos.
- C realizar análise qualitativa de riscos.
- D planejar gerenciamento de riscos.
- E identificar riscos.

Questão 58

Segundo o PMBOK 6.^a edição, uma função comum a todos os tipos de escritório de projetos (PMO, do inglês *project management office*) é a de

- A gerenciar diretamente os projetos.
- B exigir a conformidade dos projetos.
- C definir os modelos e ferramentas de projetos.
- D coordenar a comunicação entre projetos.
- E designar e chefiar os gerentes de projeto.

Questão 59

No COBIT 5, a categoria de habilitadores que corresponde aos veículos para a tradução do comportamento desejado em orientações práticas para a gestão diária é a categoria

- A informação.
- B processos.
- C cultura, ética e comportamento.
- D princípios, políticas e modelos.
- E serviços, infraestrutura e aplicativos.

Questão 60

De acordo com a norma NBR ISO/IEC n.º 38500:2018, convém que as estruturas de governança direcionem que a equipe de TI siga as diretrizes relevantes para o comportamento e o desenvolvimento profissional. Essa orientação refere-se ao princípio

- A estratégia.
- B responsabilidade.
- C desempenho.
- D comportamento humano.
- E conformidade.

Questão 61

De acordo com MPS.BR, o propósito de confirmar que os produtos de trabalho selecionados atendem aos requisitos especificados e que um produto ou componente do produto atenderá a seu uso pretendido quando colocado no ambiente operacional refere-se ao processo

- A medição.
- B gerência de projetos.
- C engenharia de requisitos.
- D gerência de processos.
- E verificação e validação.

Questão 62

Considerando os processos técnicos referidos na norma ISO/IEC 12207, assinale a opção que apresenta um propósito do processo de validação para sistemas de *software*.

- A alcançar nível de confiança de que o produto entregue atende às exigências das partes interessadas e está apto para uso
- B estabelecer a capacidade de um sistema em fornecer serviços em ambientes diversos
- C certificar que a implementação de cada requisito do sistema de *software* é testado quanto à conformidade e que o sistema de *software* está pronto para a entrega
- D confirmar que um produto ou serviço de *software* reflete adequadamente os requisitos especificados
- E verificar que o produto de *software* integrado atende aos testes de qualificação

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**Questão 63**

Assinale a opção que apresenta o tipo de ciclo de gestão adotado pela norma NBR ISO/IEC n.º 27001:2013.

- A SGSI
- B ITIL
- C IEC
- D PDCA
- E CMM

Questão 64

Considerando-se aspectos de segurança da informação incluídos na ISO/IEC 27002:2013, na aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas, é importante aplicar determinados tipos de controles, os quais incluem

- A a computação móvel e o trabalho remoto.
- B os controles criptográficos.
- C a política de segurança da informação.
- D a segurança dos equipamentos.
- E a classificação das informações.

Questão 65

Para que a segurança da informação seja eficaz, normalmente são imprescindíveis a atribuição de responsabilidade e papéis pela segurança da informação, os quais devem estar primeiramente definidos na

- A política de controle de ativos.
- B norma de controle de acesso.
- C política de gestão de continuidade.
- D norma de resposta a incidentes.
- E política de segurança da informação.

Questão 66

Considerando-se aspectos de segurança da informação na contratação voltada para a segurança em recursos humanos, devem ser observados os seguintes princípios e questões práticas.

- I Após a contratação de recursos humanos, devem ser definidas as responsabilidades das partes externas à organização.
- II Após a seleção de recursos humanos, deve-se avaliar o conhecimento dos envolvidos.
- III Servidores que têm acesso à informação privilegiada devem assinar termo de responsabilidade.
- IV Todo conhecimento gerado dentro de um processo de contratação entre empregado e empresa, por padrão, pertence à empresa.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

Questão 67

Assinale a opção que apresenta um procedimento recomendado para a notificação de incidentes, na gestão de incidentes de segurança da informação.

- A utilizar canais informais para relatar à direção os eventos de segurança da informação, o mais rapidamente possível
- B preparar formulários de notificação de evento de segurança da informação para apoiar as ações de notificação
- C aplicar um processo disciplinar informal para tratar com funcionários que cometam violações de segurança da informação
- D tomar ações solitárias e isoladas para notificar imediatamente o ponto de contato sobre incidentes de segurança
- E responsabilizar os funcionários pela notificação de eventos de segurança de que tenham conhecimento, diferentemente das partes externas, que estão isentas dessa responsabilidade

Questão 68

Em relação a segurança e continuidade de negócio, para impedir que as atividades de uma organização sejam interrompidas, é necessária a implementação de um plano de continuidade do negócio. Esse plano

- A deve ser independente do planejamento.
- B deve procurar garantir a proteção de funcionários, materiais, transporte e instalações.
- C deve considerar apenas os recursos ambientais da empresa, por ser um documento geral e de alto nível.
- D deve ser restrito e do conhecimento de poucas pessoas na organização, por ser estratégico e altamente crítico.
- E deve ser dissonante da política de segurança da informação.

Questão 69

A respeito de conformidade em segurança da informação, assinale a opção correta.

- A Nem toda organização tem a obrigação de proteger as informações pessoais de seus funcionários, colaboradores e clientes; isso é prática regulamentada por norma de órgão de controle.
- B A conformidade com segurança da informação requer constantemente fluxo de informações entre países distintos e com legislações distintas.
- C Normalmente, a definição e documentação dos controles envolvidos com a conformidade são independentes e não fazem parte da política de segurança para se preservar capacidade de auditoria.
- D No que se refere ao uso de *software* de código aberto, os termos e condições de utilização devem ser desconsiderados, segundo o que preconizam as boas práticas de gestão.
- E A verificação da conformidade técnica é um processo manual; e esse processo não é passível de automatização.

Questão 70

A norma NBR ISO/IEC 27005:2011, que fornece diretrizes para o processo de gestão de riscos de segurança da informação,

- A está de acordo com os conceitos especificados na ABNT NBR ISO/IEC 27003, que lida com a gestão de riscos.
- B se restringe, em termos de aplicação, a empreendimentos governamentais.
- C considera que apenas o método padronizado *Risk Evaluation* pode ser aplicado, independentemente da abordagem da gestão de risco.
- D pode necessitar, se o risco não for aceitável durante seu ciclo de aplicação, de outras iterações do processo de avaliação de riscos, com mudanças nas variáveis do contexto.
- E não estabelece critério ou consideração sobre entrada de dados no processo de gestão de risco.

CONTABILIDADE GERAL**Questão 71**

Conforme pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o registro dos valores consumidos após a confirmação de que o produto encontra-se na fase de desenvolvimento

- A afetará o resultado do exercício no momento de seu reconhecimento.
- B não será feito até que o protótipo esteja em condições de viabilidade para o setor de produção.
- C afetará o ativo intangível no momento de seu reconhecimento.
- D afetará a reserva de capital no momento do seu reconhecimento.
- E afetará o ativo circulante no momento em que o protótipo for reconhecido como inviável para produção.

Questão 72

Acerca dos instrumentos financeiros, seu reconhecimento, sua mensuração, seu registro e sua evidenciação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para ativos e passivos que sejam protegidos em conjunto como grupo no *hedge* de valor justo, o ganho ou a perda no balanço patrimonial em ativos e passivos individuais devem ser reconhecidos como ajuste ao valor contábil do grupo de itens.
- Ⓑ Caso a empresa descontinue a mensuração do instrumento financeiro, que dá origem ao risco de crédito, ao valor justo por meio do resultado, o valor justo desse instrumento financeiro, na data da descontinuação, tornar-se-á seu novo valor contábil.
- Ⓒ Para atender ao objetivo de reconhecer perdas de crédito esperadas para aumentos significativos em risco de crédito desde o reconhecimento inicial, somente serão permitidas as avaliações individuais de aumentos significativos de risco de crédito.
- Ⓓ As perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas no caso de existência de evidência do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito somente na data do relatório contábil.
- Ⓔ Para ser designado como item protegido, o componente de risco deve ser um componente conjunto ao item financeiro, e as alterações, nos fluxos de caixa, podem ser estimadas com base em situações semelhantes.

Questão 73

Acerca da elaboração e da divulgação da demonstração do valor adicionado (DVA), assinale a opção correta.

- Ⓐ Os ajustes de exercícios anteriores decorrentes de mudança de critérios contábeis devem ser adaptados na DVA relativa ao período mais antigo apresentado, para fins de comparação.
- Ⓑ Os resultados da empresa serão afetados sempre que houver a realização dos respectivos ativos reavaliados ou avaliados ao valor justo, todavia, quando a realização de determinado ativo ocorrer pelo processo normal de depreciação, a DVA não será afetada.
- Ⓒ A construção de ativos dentro da própria empresa, para seu próprio uso, será evidenciada na DVA como investimento, uma vez que constitui alocação de custos para a geração de benefícios futuros.
- Ⓓ A empresa poderá, dentro dos limites legais, distribuir seus lucros acumulados, sejam eles oriundos do próprio exercício ou de exercícios anteriores, e evidenciará ambas as situações no ano em que a distribuição ocorrer, independentemente do ano de geração do lucro.
- Ⓔ No caso da substituição tributária regressiva e respectivo direito ao crédito pela empresa vendedora nas operações seguintes, o valor do tributo recolhido será tratado como tributos a recuperar na DVA, e o valor divulgado será a diferença entre o valor a recuperar e o valor a recolher do mesmo tributo.

Questão 74

Considerando que determinada revista especializada em esportes receba uma quantia em dinheiro de seus clientes pela venda de assinaturas pelos próximos três anos, assinale a opção que apresenta o registro contábil a ser feito pela revista no momento da venda das referidas assinaturas.

- Ⓐ débito de uma conta de patrimônio líquido e crédito de caixa
- Ⓑ débito de caixa e crédito de uma conta de receita
- Ⓒ débito de uma conta de receita antecipada e crédito de caixa
- Ⓓ débito de caixa e crédito de uma conta de resultados de exercícios futuros
- Ⓔ débito de caixa e crédito de uma conta de passivo

Questão 75

Uma empresa industrial fabrica e vende um único produto. Em 2019, os custos e outros dados operacionais relacionados ao referido produto foram os seguintes.

preço unitário de venda	R\$ 60
custos de fabricação	
variáveis (por unidade produzida)	
materiais diretos	R\$ 12
mão de obra direta	R\$ 7
indiretos variáveis	R\$ 2
fixos (por ano)	R\$ 120.000
despesas de vendas e despesas administrativas	
variáveis (por unidade vendida)	R\$ 7
fixas (por ano)	R\$ 80.000

Os dados referentes à movimentação dos estoques estão apresentados a seguir.

unidades no estoque inicial	zero
unidades produzidas no ano	10.000
unidades vendidas no ano	7.000
unidades no estoque final	3.000

A partir dos dados precedentes, assinale a opção que apresenta os valores que correspondem ao custo unitário de fabricação do produto, em 2019, calculado pelo método de custeio por absorção e pelo método de custeio variável, respectivamente.

- Ⓐ R\$ 21 e R\$ 33
- Ⓑ R\$ 28 e R\$ 48
- Ⓒ R\$ 48 e R\$ 28
- Ⓓ R\$ 33 e R\$ 21
- Ⓔ R\$ 33 e R\$ 19

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 76**

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o princípio da anterioridade nonagesimal é excepcionado quanto

- Ⓐ ao imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- Ⓑ à contribuição de intervenção no domínio econômico referente a combustível.
- Ⓒ ao imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) incidente sobre combustível.
- Ⓓ à alteração da base de cálculo do imposto de renda (IR).
- Ⓔ à alteração do fato gerador do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

Questão 77

O preço público tem como característica o fato de

- Ⓐ submeter-se às limitações do poder de tributar.
- Ⓑ ser utilizado para custear a iluminação pública.
- Ⓒ ser uma prestação pecuniária facultativa.
- Ⓓ decorrer de expressa previsão legal.
- Ⓔ ser utilizado para custear poder de polícia.

Questão 78

Determinado município não instituiu a fiscalização nem a cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que o referido município

- Ⓐ não terá direito à repartição de receita referente ao ITR arrecadado.
- Ⓑ poderá instituir a fiscalização, mas não a cobrança do ITR.
- Ⓒ fará jus à metade do valor arrecadado se instituir a fiscalização e a cobrança do ITR.
- Ⓓ poderá sofrer sanção de perda das transferências voluntárias, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Ⓔ poderá instituir a fiscalização e cobrança do ITR, apesar de não possuir competência tributária para tanto.

Questão 79

A competência tributária

- Ⓐ é um conceito equivalente ao conceito de capacidade tributária ativa.
- Ⓑ impede a cobrança de contribuição de melhoria por dois entes federativos distintos.
- Ⓒ pode ser delegada aos municípios, como no caso do ITR.
- Ⓓ da União pode, no caso dos territórios, abranger impostos estaduais ou municipais.
- Ⓔ da União pode ser renunciada, como no caso da não instituição do imposto sobre grandes fortunas (IGF).

Questão 80

O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos (ITBI)

- Ⓐ pode ter como sujeito passivo o adquirente ou o transmitente.
- Ⓑ pode incidir sobre ato gratuito de transmissão de propriedade.
- Ⓒ pode incidir no caso de usucapião.
- Ⓓ tem como base de cálculo o valor da escritura do bem imóvel.
- Ⓔ possui alíquotas progressivas, por se tratar de tributo pessoal.

Questão 81

Um município, para instituir o imposto sobre serviços (ISS), deve

- Ⓐ limitar-se à lista de serviços existente em lei complementar federal, não dependendo da edição de lei ordinária municipal.
- Ⓑ editar lei ordinária municipal, podendo criar outros serviços que não estejam contemplados na lei complementar federal.
- Ⓒ observar a lei complementar federal e instituir o imposto por lei ordinária municipal, não podendo criar novos serviços.
- Ⓓ editar lei complementar municipal, não podendo criar outros serviços que não estejam contemplados na lei complementar federal.
- Ⓔ editar lei ordinária municipal, podendo criar outros serviços que não estejam contemplados na lei complementar federal.

Questão 82

No tocante ao imposto de exportação (IE), o regime de *drawback* consiste no ressarcimento do

- Ⓐ imposto de importação (II) sobre os insumos devolvidos e distribuídos como brinde ou a título gratuito.
- Ⓑ imposto de importação (II) sobre os insumos de origem estrangeira quando o produtor exportar o produto acabado.
- Ⓒ ICMS sobre os insumos de origem estrangeira quando o produtor exportar o produto acabado.
- Ⓓ próprio IE no caso de devolução de mercadorias por defeito.
- Ⓔ ICMS sobre os insumos agregados ao produto destinado à exportação.

Questão 83

Participam da repartição tributária das receitas

- Ⓐ o imposto de renda (IR) e o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).
- Ⓑ o imposto de transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) e o imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS).
- Ⓒ o imposto sobre serviços (ISS) e o imposto de renda (IR).
- Ⓓ o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) e o imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- Ⓔ o imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS) e os impostos residuais.

Questão 84

Determinado deputado estadual apresentou projeto de lei com as seguintes previsões para o ICMS incidente sobre serviços de transporte interestadual de passageiros:

- I alteração da alíquota do imposto, de 15% para 20%;
- II autorização para a correção monetária da base de cálculo do imposto;
- III redução, em 50%, da multa pelo não pagamento do imposto, se pagada em até 30 dias do cometimento da infração;
- IV autorização para o governador do estado, ouvido o secretário estadual de fazenda, conceder remissão do imposto para as empresas que realizem preponderantemente o transporte interestadual de idosos, bem como para dispor sobre obrigações acessórias para o cumprimento da obrigação de recolher o imposto.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a opção correta.

- Ⓐ Deputados estaduais possuem legitimidade para apresentar projeto de lei em matéria tributária, mas não para aumentar alíquota de imposto.
- Ⓑ Lei formal é exigida para que ocorra a correção monetária do valor da base de cálculo do imposto.
- Ⓒ A legitimidade para dispor sobre sanção tributária em tributo estadual é exclusiva de governador de estado.
- Ⓓ Somente lei específica poderá conceder remissão tributária.
- Ⓔ As obrigações acessórias, por envolverem obrigação de fazer ou não fazer, devem ser instituídas por lei formal.

Questão 85

Determinado contribuinte entrou com recurso contra notificação de lançamento recebida que lhe cobrava valores decorrentes da prestação de determinados serviços que haviam sido objeto de tratado internacional celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, o qual isentava o tributo no âmbito das partes celebrantes. Até pouco tempo atrás, as autoridades administrativas entendiam que as obrigações tributárias referentes às referidas operações estavam isentas, mas, com a mudança da titularidade do órgão de administração tributária, o entendimento foi modificado, seguindo-se a orientação de autuar e multar todos os contribuintes que não tinham recolhido o tributo sob o fundamento da vigência do referido tratado internacional, respeitando-se o prazo decadencial.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e as disposições do CTN.

- A** A atuação da administração tributária está correta, porque não há isenções heterônomas no atual sistema tributário nacional.
- B** O contribuinte que obedeceu ao entendimento anteriormente vigente, ainda que este possa ser considerado ilegal quanto à isenção, não deve ser apenado com juros e multa.
- C** Como o tratado internacional, no caso, previu a não incidência do tributo municipal, não se aplica o preceito que veda a concessão de isenções heterônomas.
- D** As manifestações das autoridades fiscais na interpretação das normas tributárias, por serem declaratórias, alcançam fatos geradores passados, respeitado o prazo decadencial.
- E** Os tratados internacionais de direito tributário apenas obrigam a União, não alcançando os entes tributantes subnacionais.

Questão 86

Miguel, menor de idade, e Lucas, maior de idade e capaz, são proprietários de veículos licenciados no município de Aracaju, desde 2010. Miguel possui cota ideal de 30%, e Lucas, de 70%. Os veículos, atualmente, prestam-se à realização de entregas em favor de uma empresa que funciona informalmente na produção de cerveja artesanal. Em novembro de 2019, durante fiscalização no referido estabelecimento comercial, o fisco constatou a existência de dívidas relativas ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) desses veículos, desde o ano de 2013, e, por isso, Miguel e Lucas foram autuados pelas dívidas, tendo-lhes sido aplicados multa e juros pelo inadimplemento.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Lucas é o único responsável tributário pela dívida, pois somente ele possui capacidade econômica decorrente do negócio informal.
- B** Tanto Miguel quanto Lucas são responsáveis pela dívida, mas o fisco deve respeitar a proporcionalidade das frações ideais na cobrança, sem benefício de ordem.
- C** Embora a responsabilidade tributária seja exclusiva de Lucas, Miguel pode ser chamado a responder pela dívida.
- D** Miguel e Lucas devem responder pela dívida integralmente, mas houve a decadência de parte da dívida, referente ao ano de 2013.
- E** Ainda que a responsabilidade tributária seja de ambos, a dívida é manifestamente indevida, haja vista a ocorrência da decadência do direito de efetuar o lançamento de todas as dívidas.

Questão 87

Lei estadual de 2010 estipulou que o ICMS incidente sobre os serviços de transporte intermunicipal e interestadual no âmbito do estado de Sergipe seria de 20% e que a multa pelo não recolhimento do imposto seria de 50%. Em 2013, a alíquota do ICMS foi reduzida para 17,5% e a multa pelo não recolhimento aumentou para 75%. Em 2015, nova lei reduziu mais uma vez a alíquota do ICMS, dessa vez para 15%, bem como reduziu a multa pelo não recolhimento do imposto para 50%.

A partir das informações dessa situação hipotética, é correto afirmar que um contribuinte que, durante todo o período mencionado, não tenha pagado o imposto deverá

- A** recolher o ICMS pela menor alíquota (15%) e pagar a multa pelo menor valor (50%).
- B** recolher o ICMS de acordo com as alíquotas de 20%, 17,5% e 15%, conforme os fatos geradores, e pagar a multa de acordo com o período de apuração — 50%, em 2010, 75%, em 2013, e 50% em 2015.
- C** recolher o ICMS de acordo com as alíquotas de 20%, 17,5% e 15%, conforme os fatos geradores, e pagar a multa pelo menor percentual, independentemente do período de apuração.
- D** recolher o ICMS de acordo com a maior alíquota e pagar a multa pelo menor percentual, independentemente do período de apuração.
- E** recolher o ICMS pela maior alíquota (20%) e pagar a multa pelo maior valor (75%).

Questão 88

Determinada pessoa jurídica deve ISS referente ao mês de maio dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. No dia 20 de maio de 2016, houve fiscalização no estabelecimento fiscal da empresa e ela foi autuada por todos os débitos então existentes, conforme lavratura de auto de infração. Dada a data da fiscalização, o débito de 2017 não foi incluído na autuação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Caso todos os créditos sejam constituídos e inscritos em dívida ativa tributária até 2020, será possível cobrar da pessoa jurídica a totalidade da dívida.
- B** A fiscalização tributária retirou a possibilidade de denúncia espontânea do débito de 2017 pela pessoa jurídica.
- C** O lançamento do débito de 2017 deve ser procedido de ofício pela fazenda pública.
- D** O prazo decadencial da dívida referente aos anos de 2015 e 2016 iniciou-se, respectivamente, em 1.º de janeiro de 2016 e em 1.º de janeiro de 2017.
- E** Após a autuação da pessoa jurídica, o fisco tem cinco anos para a cobrança da dívida, prazo esse que não pode ser suspenso ou interrompido.

Questão 89

Lei municipal determina que os corretores de imóveis e os oficiais de registro de imóveis comuniquem à fazenda pública, para efeito de fiscalização tributária, todas as operações de venda e compra de imóveis que intermedieiem ou registrem. A lei dispõe, ainda, que as informações podem ser compartilhadas com as fazendas públicas estaduais e federal e que é permitido o acesso forçado ao estabelecimento comercial caso o contribuinte resista à fiscalização no local.

Conforme o CTN, é correto afirmar que essa lei municipal é

- Ⓐ ilegal apenas quanto à previsão de autorizar o acesso forçado ao estabelecimento do contribuinte.
- Ⓑ ilegal apenas quanto à obrigação de os corretores de imóveis divulgarem dados pessoais e sigilosos dos contribuintes.
- Ⓒ ilegal em todas as suas disposições.
- Ⓓ legal apenas quanto à disposição que permite o compartilhamento de dados entre as fazendas públicas municipal e estadual.
- Ⓔ legal em todas as suas disposições.

Questão 90

Em junho de 2014, foi ajuizada contra Hélio uma execução fiscal para a cobrança de créditos de IPTU relativos aos anos de 2008 a 2012. O lançamento dos créditos ocorreu em 2012. A inscrição do crédito em dívida ativa ocorreu em 2013. O juiz recebeu a execução em dezembro de 2014. Devidamente citado, Hélio não apresentou bens à penhora. A fazenda pública não localizou bens passíveis de penhora e requereu a suspensão da execução em abril de 2015. O juiz deferiu a suspensão provisória da execução em maio de 2015 e ordenou o arquivamento da execução em maio de 2016. Em setembro de 2020, a fazenda pública localizou um veículo em nome de Hélio e solicitou a penhora desse bem. O magistrado indeferiu o pedido de reativação da execução, alegando que o crédito estava prescrito.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da legislação de regência e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- Ⓐ O crédito relativo ao ano de 2008 está prescrito.
- Ⓑ O juiz da execução aplicou corretamente a prescrição intercorrente.
- Ⓒ Ocorreria a prescrição intercorrente se a fazenda pública permanecesse inerte por cinco anos desde o arquivamento da execução.
- Ⓓ Em setembro de 2020, todos os créditos cobrados na execução foram atingidos pela prescrição.
- Ⓔ A inscrição dos créditos em dívida ativa suspendeu o prazo prescricional por cento e oitenta dias.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**Questão 91**

De acordo o Código Tributário do Município de Aracaju, em regra, o débito tributário não recolhido no vencimento fica sujeito a

- Ⓐ multa por infração e correção monetária e, depois de trinta dias, a multa de mora e juros.
- Ⓑ multa de mora e juros e, depois de trinta dias, a correção monetária.
- Ⓒ multa de mora, juros e correção monetária e, depois de trinta dias, a multa por infração.
- Ⓓ multa de mora e correção monetária e, depois de trinta dias, a juros.
- Ⓔ correção monetária e juros e, depois de trinta dias, a multa de mora.

Questão 92

De acordo com o Código Tributário do Município de Aracaju, a competência para a celebração de transação entre o município e o sujeito passivo da obrigação tributária para o término do litígio e consequente extinção tributária é do

- Ⓐ prefeito, que poderá delegar essa competência aos procuradores judiciais do município.
- Ⓑ prefeito, sendo tal competência exclusiva e indelegável.
- Ⓒ prefeito, do secretário de fazenda e do procurador-geral da procuradoria judicial do município.
- Ⓓ auditor de tributos do caso, sendo tal competência exclusiva e indelegável.
- Ⓔ secretário de fazenda, que poderá delegar essa competência aos procuradores judiciais do município ou aos auditores de tributos.

Questão 93

O Código Tributário do Município de Aracaju prevê a aplicação do regime especial de fiscalização para

- Ⓐ as microempresas e empresas de pequeno porte.
- Ⓑ as pessoas jurídicas sujeitas ao regime de substituição tributária.
- Ⓒ as empresas do setor de turismo ou as que invistam em inovação e tecnologia.
- Ⓓ os contribuintes que cometam sonegação fiscal ou que, reiteradamente, violem a legislação tributária.
- Ⓔ as empresas que possuam elevado volume de débitos inscritos em dívida ativa.

Questão 94

De acordo com o Código Tributário do Município de Aracaju, podem ser sujeitos ao pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) os serviços prestados por

- Ⓐ psicólogos, engenheiros e membros de conselhos consultivos, em razão das suas atribuições.
- Ⓑ psicólogos, despachantes e trabalhadores avulsos.
- Ⓒ advogados, engenheiros e cabelereiros.
- Ⓓ engenheiros, cabelereiros e trabalhadores avulsos.
- Ⓔ despachantes, advogados e membros de conselhos consultivos, em razão das suas atribuições.

Questão 95

Segundo o Código Tributário do Município de Aracaju, em se tratando de prédio novo, o fato gerador do primeiro IPTU ocorrerá

- Ⓐ no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte à expedição do habite-se.
- Ⓑ no dia 31 de dezembro do exercício em que for concedido o habite-se.
- Ⓒ na data do possível uso do imóvel ou da expedição do habite-se.
- Ⓓ no dia 1.º de janeiro do exercício seguinte ao registro da incorporação imobiliária ou do início do uso do imóvel.
- Ⓔ na data do registro da incorporação imobiliária ou, quando não houver, na data da expedição do habite-se.

Questão 96

O Código Tributário do Município de Aracaju prevê a cobrança de taxa pela prestação de serviços de iluminação pública em vias e logradouros públicos. Acerca dessa taxa, assinale a opção correta.

- Ⓐ O STF declarou constitucional tal taxa, ainda que seu fato gerador tenha caráter inespecífico e indivisível.
- Ⓑ Essa taxa será inconstitucional apenas se cobrada em relação a imóvel lindeiro em vias ou logradouros públicos que não possuam iluminação pública efetiva.
- Ⓒ Essa taxa é devida apenas em relação ao uso individualizado e efetivo dos serviços de iluminação pública.
- Ⓓ O STF possui súmula vinculante afirmando que o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- Ⓔ Não há inconstitucionalidade nessa previsão, de acordo com o STF, pois a taxa não é cobrada pelo município, mas pela companhia estadual de energia elétrica.

Questão 97

O Código Tributário do Município de Aracaju prevê, no rol das taxas decorrentes do poder de polícia, a cobrança de uma taxa de licença especial, à qual se sujeita, entre outras atividades, às de exploração de

- Ⓐ ecoturismo, visitação a áreas de preservação ambiental e mergulho em parques marinhos.
- Ⓑ segurança patrimonial e transporte de valores.
- Ⓒ comércio, indústria e prestação de serviços sujeitos a licenciamento obrigatório para exame e fiscalização das condições de localização.
- Ⓓ armazenamento de mercadorias inflamáveis e corrosivos.
- Ⓔ instalação de máquinas e equipamentos eletromecânicos em geral, ainda que não dependam da concessão de alvará.

Questão 98

Em se tratando do processo administrativo fiscal de Aracaju, é um efeito decorrente do início do procedimento de prévio ofício

- Ⓐ a exclusão da espontaneidade da parte obrigada ao cumprimento das normas constantes da legislação tributária.
- Ⓑ a ciência, ao contribuinte, de qualquer ato praticado por servidor competente para esse fim.
- Ⓒ o indeferimento de plano da petição do contribuinte, quando esta for manifestamente inepta ou apresentada por parte ilegítima.
- Ⓓ a lavratura de auto de infração ou nota de lançamento, distinto para cada infração.
- Ⓔ a instauração do litígio tributário, abrindo-se o prazo para a apresentação da defesa.

Questão 99

Ao inspecionar determinada empresa prestadora de serviço de *buffet* e festas, a fiscalização concluiu que o registro da sua contabilidade não era fidedigno. Iniciado o procedimento de arbitramento do ISSQN, a fiscalização determinou que a receita da prestação de serviços em relação à atividade exercida seria de pelo menos R\$ 1 milhão, valor superior ao declarado. O fisco verificou, ainda, que, no mesmo período, as despesas da empresa com aluguel, folha de salários e outras contas haviam superado R\$ 2 milhões.

Nessa situação hipotética, a base de cálculo do ISSQN no período em questão deve ser

- Ⓐ calculada por estimativa, considerando-se o tempo de duração do negócio, a natureza da atividade e o preço corrente dos serviços.
- Ⓑ determinada com base na atividade exercida pelo contribuinte, sem acréscimo.
- Ⓒ determinada com base na atividade exercida pelo contribuinte, acrescida de 30%.
- Ⓓ calculada com base no total das despesas apuradas pela fiscalização, sem acréscimo.
- Ⓔ calculada com base no total das despesas apuradas pela fiscalização, acrescido de 30%.

Questão 100

No curso de determinado litígio tributário em trâmite perante o fisco de Aracaju, a decisão de primeira instância reduziu o valor do crédito tributário decorrente de auto de infração.

Nessa situação hipotética, contra a decisão, será cabível

- Ⓐ somente recurso de ofício.
- Ⓑ recurso de ofício, de caráter obrigatório, mas o contribuinte também poderá interpor recurso voluntário.
- Ⓒ pedido de reconsideração ou recurso de ofício.
- Ⓓ pedido de reconsideração, de caráter obrigatório, mas o contribuinte também poderá interpor recurso voluntário.
- Ⓔ pedido de reconsideração, recurso de ofício ou recurso voluntário.

ESPAÇO LIVRE